

Contrato nº 089/2020  
DGAJ - SES

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE PERNAMBUCO, ATRAVÉS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE E, DO OUTRO LADO, O HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS

PROCESSO Nº 157/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 147/2020

O ESTADO DE PERNAMBUCO, através da SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, órgão vinculado ao Governo do Estado de Pernambuco, com endereço na Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongi, Recife – PE, CEP: 50.751-535, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.572.048/0001-28, neste ato representado por seu Secretário, Dr. ANDRÉ LONGO ARAÚJO DE MELO, brasileiro, casado, médico, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 768.999.934-49, portador da Cédula de Identidade nº 1.326.943 SSP/PB, nomeado pelo ato nº 005.2019, publicado no DOE de 02 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta cidade do Recife, doravante denominada CONTRATANTE, e, do outro lado, a empresa HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.583.920/0001-33, situada na Rua Farias Neves Sobrinho, nº 232, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP: 53.120-420, neste ato representada pelo Sr. GIL MENDONÇA BRASILEIRO, portador do documento de identidade nº 1.006.466 SDS/PE, inscrito no CPF/MF nº 122.850.644-20, doravante designada CONTRATADA, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, sujeitando-se às disposições previstas na Lei complementar Estadual nº 425/2020, Na Lei Federal nº 13.979/2020 e demais disposições legais aplicáveis.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços para 20 (vinte) Leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, para enfrentamento da epidemia de COVID 19, Financiamento Tipo I, conforme Portarias SES-PE Nº 135/2020, Nº 144/2020 e Nº 178/2020, e demais documentos constantes do processo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o processo relativo ao PROCESSO Nº 157/2020, DISPENSA EMERGENCIAL Nº 147/2020, necessária ao enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e todos os seus anexos.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

O contrato terá prazo de vigência e execução de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da expedição da Ordem de Serviço – 17/04/2020, indicada pela Secretaria Executiva de Regulação em Saúde no Despacho nº 1842 – SEI nº 2300000062.000852/2020-01, nos termos do Parágrafo Único do artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº 425/2020.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato poderá ser prorrogado de ofício por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública, nos termos do artigo 4º da Lei nº 13.979/2020.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço contratado pelo valor total de R\$ 6.041.173,40 (seis milhões, quarenta e um mil, cento e setenta e três reais e quarenta centavos), correspondente ao valor mensal

Patrícia Winkelmar  
Gerente Jurídica de Contratos  
Mat. 386.308-5  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Pernambuco

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ

aproximado de R\$ 1.006.862,23 (um milhão, seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e três centavos), conforme discriminado abaixo:

PROCEDIMENTO	Nº DE LEITOS	VALOR MENSAL	
		SUS + TESOIRO ESTADUAL	VALOR 6 MESES
DIÁRIA DE UTI COVID-19 FINANCIAMENTO TIPO I	20	R\$ 925.445,33	R\$ 5.552.672,00
HEMODIÁLISE		R\$ 81.416,90	R\$ 488.501,40
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 1.006.862,23</b>	<b>R\$ 6.041.173,40</b>

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do contrato compreende os custos diretos e indiretos decorrentes do serviço prestado, incluindo tributos, encargos trabalhistas e comerciais, seguros, despesas de administração, lucro, custos com transporte, frete e demais despesas correlatas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os valores (preços) considerados para esta contratação têm como composição a utilização dos valores da Tabela SUS/MS com complemento do Tesouro Estadual, conforme descrito na Portaria SES/PE nº 135, de 03 de abril de 2020, alterada pela Portaria nº 144, de 13 de abril de 2020, a qual aprova a tabela especial de procedimentos e regras de financiamento para leitos novos referentes à Estratégia para enfrentamento da Epidemia de COVID-19. Além disso, para os procedimentos de Hemodiálise, os valores a serem considerados estão descritos na Resolução do Conselho Estadual de Saúde – CES nº 811/2020 de 12 de fevereiro de 2020.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Considerando a Portaria SES/PE Nº 135 de 03 de abril de 2020 e suas alterações, considera-se:

**I - Leitos de UTI COVID-19 Financiamento Tipo I:** Leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para usuários com suspeita ou diagnóstico de COVID-19 e/ou Síndrome Respiratório Aguda Grave (SRAG), cuja responsabilidade pela estrutura física, equipamentos, recursos humanos e demais itens de custeio e investimento ficam a cargo do prestador.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes desta contratação serão provenientes da fonte 0101, Programa de Trabalho nº. 10.302.0410.4611.B145, com natureza de despesa 3.3.90., conforme declaração de disponibilidade financeira exarada pela Diretora Geral de Planejamento e Gestão Participativa – DGP/SEGE/SES/PE, através da COMUNICAÇÃO INTERNA Nº. 2300000062.000852/2020-01 – DGP/SEGE/SES/PE, em: 17/04/2020, não se aplicando o disposto no Decreto nº 44.279/2017.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O empenho poderá ser apostilado a qualquer momento.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será feito à **CONTRATADA**, diretamente pela **CONTRATANTE**, da seguinte forma:

6.1 O pagamento correspondente à execução do serviço será mensal e efetuado, preferencialmente, através de crédito em conta corrente na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF ou em Instituição bancária indicada pelo contratado.

6.2 A Secretaria Estadual de Saúde reserva-se no direito de suspender cautelarmente o pagamento, caso os serviços estejam sendo realizados em desacordo com as especificações constantes no Contrato, sem prejuízo de abertura de processo administrativo específico para apuração das responsabilidades.

6.3 O contratado no ato da apresentação da nota fiscal, deverá fazer constar na mesma o número da Nota de Empenho correspondente ao objeto contratado.

6.4 A Nota Fiscal deverá ter o mesmo C.N.P.J. do empenho e ser emitida em nome da Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco.

Patricia Winkelmann  
Gerente Jurídica de Contratos  
Mat. 385.308-5  
nº 1 / DGC / SES-PE



Pernambuco

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS – DGAJ

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, verificados por culpa única e exclusiva da **CONTRATANTE**, fica convencionado que a taxa de atualização financeira será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

<u>Sigla</u>	<u>Significado / Descrição</u>
EM	Encargos Moratórios.
N	Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.
VP	Valor da parcela a ser paga.
TX	IPCA
I	Índice de atualização financeira, assim apurado: $I = \frac{(TX/100)}{365} =$

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

Os preços praticados no presente contrato poderão ser reajustados, tendo como base os critérios estabelecidos em Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco pela Secretaria Estadual de Saúde/PE.

**CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A contratada prestará os serviços, objeto deste Termo, no HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO, no seguinte endereço: Rua Farias Neves Sobrinho, nº 232, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP: 53.120-420.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- 9.1 Acompanhar a execução do objeto do Termo de Referência, efetivar a satisfação do crédito do CONTRATADO nos termos dispostos no CONTRATO.
- 9.2 Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pelo CONTRATADO e que sejam pertinentes ao objeto do Termo de Referência.
- 9.3 Promover, sempre que necessário, a integração entre o interlocutor do CONTRATADO com servidores da CONTRATANTE, com vistas a facilitar o cumprimento da execução dos serviços contratados.
- 9.4 Notificar por escrito ao CONTRATADO qualquer irregularidade relacionada ao cumprimento dos serviços objeto do Termo de Referência.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da **CONTRATADA**:

- 10.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação, equipamentos, recursos humanos e infraestrutura compatíveis com a sua oferta, de forma a garantir a qualidade e as quantidades propostas assegurando o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

Patricia Winkelmar  
Gerente Jurídica de Contrato  
Mat. 386.308-5  
DC/J / CJC / SES-PE

10.2 Ofertar 100% dos leitos contratados à SES/PE, através da Central de Regulação Estadual, que regulará o acesso através de sistema próprio, exceto em casos de transferências intra-hospitalares, conforme disposto no Art.5º da Portaria SES/PE Nº 135 de 03 de abril de 2020 e suas alterações.

10.2.1 A recusa ou não-resposta do estabelecimento em receber pacientes encaminhados pela Central Estadual de Regulação Hospitalar nos leitos desocupados implicará em glosa de 5% (cinco por cento) do orçamento pré-fixado, por cada usuário recusado, exceto nos casos em que exista justificativa técnica validada pela Central Estadual de Regulação Hospitalar, conforme disposto no § 2º do Art. 7º da Portaria SES/PE Nº 135 de 03 de abril de 2020 e suas alterações.

10.3 Garantir toda assistência necessária em caso de intercorrência durante o período de internamento até a recuperação do paciente, por intermédio de inter-consulta ou outras formas de interação entre os diversos serviços, a partir de demandas de ordem clínica específica:

- a) Assistência nutricional e terapia nutricional (enteral e parenteral),
- b) Assistência farmacêutica,
- c) Assistência clínica vascular,
- d) Assistência clínica cardiovascular,
- e) Assistência clínica neurológica,
- f) Assistência clínica ortopédica
- g) Assistência clínica urológica,
- h) Assistência clínica gastroenterológica,
- i) Assistência clínica nefrológica incluindo hemodiálise,
- j) Assistência clínica hematológica,
- k) Assistência clínica hemoterápica,
- l) Assistência clínica oftalmológica,
- m) Assistência clínica otorrinolaringológica,
- n) Assistência clínica de infectologia,
- o) Assistência clínica cirúrgica geral,
- p) Assistência clínica ginecológica,
- q) Assistência clínica odontológica,
- r) Assistência de terapia ocupacional,
- s) Assistência social,
- t) Assistência endocrinológica,
- u) Serviço de radiografia móvel,
- v) Serviço de endoscopia digestiva alta e baixa,
- w) Serviço de fibro broncoscopia,
- x) Serviço de eletroencefalografia e
- y) Capacidade de comprovação de morte encefálica.

10.4 Garantir a continuidade da assistência, de forma que o prestador se responsabilize no cuidado integral e sem solução de continuidade durante todo decurso de internamento do paciente.

10.5 Garantir estrutura física, recursos humanos (equipe multiprofissional) e materiais (insumos e equipamentos) compatíveis às necessidades dos pacientes críticos, buscando assegurar a assistência integral com equipe profissional preparada para atender com eficiência e agilidade, contemplando o atendimento de forma humanizada, ocorrendo desde a entrada do paciente na UTI e enfermaria.

10.6 Garantir o acesso a serviços diagnósticos e terapêuticos em estruturas hospitalares de maior complexidade, quando no hospital onde a UTI estiver inserida não os disponibilizar e por meio de acesso formalizado.

10.7 Manter atualizado o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) mensalmente, conforme orientação da Portaria SAS Nº 118 de 18 de fevereiro de 2014. O CNES deverá estar compatível com o objeto do Termo de Referência.

- 10.8 Permitir o acesso dos conselheiros estaduais ao controle social dos serviços, desde que devidamente identificados e mediante prévia comunicação.
- 10.9 Obedecer às normas da Vigilância Sanitária, mantendo licença de funcionamento vigente.
- 10.10 Manter-se, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de qualificação e habilitação exigidas no Termo de Referência.
- 10.11 Guardar em sua unidade sede os prontuários, independente do diagnóstico, considerando o período determinado pela legislação.
- 10.12 Executar o objeto do contrato, garantindo a qualidade no atendimento à população usuária do SUS e ciente do objeto do Termo de Referência e se sujeitar à fiscalização permanente da contratante, durante toda a vigência do contrato.
- 10.13 Submeter-se, quando couber, ao Sistema Nacional de Auditoria, apresentando toda documentação necessária, desde que solicitado.
- 10.14 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do contrato, inclusive materiais de consumo e equipamentos necessários à execução dos trabalhos, bem como encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do contrato ficando exclusivamente a cargo da unidade contratada, cabendo-lhe, ainda, a inteira responsabilidade (civil e penal), por quaisquer acidentes de que possam vir a serem vítimas os seus empregados quando em serviço, bem como por quaisquer danos ou prejuízos porventura causados à Secretaria Estadual de Saúde.
- 10.15 Realizar o registro obrigatório de internações hospitalares de casos suspeitos e confirmados, conforme disposto na Portaria SES Nº 758 de 09 de abril de 2020.
- 10.16 Obedecer aos Dispositivos Gerais do Termo de Referência e deste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DO CONTRATO**

A Gestão do contrato ficará a cargo da Secretaria Estadual de Saúde.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A fiscalização do contrato será realizada pela contratante, não excluindo e nem reduzindo, por tal falta, a integral responsabilidade da contratada, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, e havendo disponibilidade de leitos, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, não se aplicando os limites de acréscimos e supressões de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

O presente contrato poderá ser encerrado a qualquer tempo caso seja finalizada a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, nos termos do art. 4º, §1º, da Lei nº 13.979 de 2020, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Encerrado o presente contrato os leitos objetos do presente contrato serão desmobilizados na medida em que forem desocupados.

Patricia Winkelmann  
Gerente Jurídica de Contratos  
Mat. 386 308-5  
DGAJ / DCC / SES-PE

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 Glosa de 5% (cinco por cento) do orçamento pré-fixado por cada usuário recusado, pelo descumprimento do item 10.1 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

14.2 Glosa proporcional ao nº de dias em que os leitos sejam bloqueados, independente do motivo que levou ao bloqueio, conforme disposto no Art. 7º da Portaria SES/PE Nº 135 de 03 de abril de 2020 e suas alterações.

14.3 E outras sanções administrativas previstas em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

O presente instrumento contratual será publicado, na forma de extrato, no sítio oficial da internet do Estado, com a urgência que o caso requer, sem constituir, no entanto, requisito de eficácia da contratação.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Recife/PE para os litígios decorrentes deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Recife, 19 de Junho de 2020.

ANDRE LONGO ARAUJO Assinado de forma digital por ANDRE LONGO ARAUJO DE MELO:7689993449  
DE MELO:7689993449 MELO:7689993449  
Dados: 2020.06.19 12:22:41 -03'00'

**ANDRE LONGO DE ARAUJO MELO**  
**SECRETARIA DE SAÚDE**  
**CONTRATANTE**

GIL MENDONCA Assinado de forma digital por GIL MENDONCA BRASILEIRO:12285064420  
BRASILEIRO:12285064420 MENDONCA BRASILEIRO:12285064420  
Dados: 2020.06.19 11:22:57 -03'00'

**GIL MENDONÇA BRASILEIRO**  
**HOSPITAL DO TRICENTENÁRIO**  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS: 1. \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF/MF: \_\_\_\_\_

Patricia W. Kelmanni  
Gerente Jurídica de Contratos  
Mat. 386.308-5  
DGAJ / CIC / SES-PE